

Renato Marcão

Advogado. Membro aposentado do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Doutorando em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra.

Mestre em Direito Penal, Político e Econômico.

Membro do Instituto Brasileiro de Execução Penal (IBEP).

E-mail: rmarcao@terra.com.br

CURSO DE EXECUÇÃO PENAL

19ª edição

Revista, ampliada e atualizada

2022



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteadó

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Edição Isabella Sánchez de Souza
 Marisa Amaro dos Reis

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
 Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Nogueira Secondo

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Guilherme H. M. Salvador
 Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscia Pinto
 Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação Lais Soriano
Revisão Daniela Georgeto
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marli Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Vox Gráfica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

M313c Marcão, Renato

Curso de Execução Penal / Renato Marcão – 19. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.

376 p.

ISBN 978-65-5362-125-1 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito penal. 3. Execução Penal. I. Título.

2021-4434

CDD 345
CDU 343

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito penal 345
2. Direito penal 343

Data de fechamento da edição: 7-12-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL

607667

CAE

791456

Índice

<i>Abreviaturas</i>	7
<i>Prefácio</i>	25
<i>Apresentação</i>	27

Capítulo I

Dos Objetivos e da Aplicação da Lei de Execução Penal

1. Pressuposto e objetivos da execução penal.....	29
2. Natureza jurídica.....	30
3. Princípios e garantias constitucionais.....	32
4. Exequente.....	32
5. Executado.....	33
6. Jurisdição especializada.....	34
7. Execução provisória.....	35
7.1. Execução provisória quando pendente de julgamento Recurso Especial ou Extraordinário.....	37
7.2. Execução provisória de penas restritivas de direitos.....	40
7.3. Execução provisória de <i>sursis</i>	41
7.4. Execução provisória de pena igual ou superior a 15 anos de reclusão, imposta no Tribunal do Júri.....	42
7.5. Juízo competente em sede de execução provisória.....	42
8. Condenado pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.....	43
9. Condenado pela Justiça Estadual que cumpre pena em presídio federal.....	43
10. Princípio da isonomia e direitos não atingidos.....	43

Capítulo II

Do Condenado e do Internado. Da Classificação

1. Noções gerais.....	47
2. Exame criminológico e exame de personalidade.....	48

14 CURSO DE EXECUÇÃO PENAL

3. Implicações decorrentes da Lei n. 10.792, de 1º de dezembro de 2003.....	50
3.1. Classificação e individualização da pena.....	50
4. Identificação do perfil genético.....	51
4.1. Sobre a Lei n. 12.654, de 28 de maio de 2012	51
4.2. Identificação criminal.....	51
4.3. Sobre o art. 9º-A da Lei de Execução Penal.....	52
4.4. Identificação mediante extração de DNA ácido desoxirribonu- cleico.....	52
4.5. Inconstitucionalidade da extração compulsória de DNA.....	52

Capítulo III Da Assistência

1. Generalidades.....	55
2. Assistência material	56
3. Assistência à saúde	57
4. Assistência jurídica.....	58
5. Assistência educacional.....	59
6. Assistência social.....	60
7. Assistência religiosa.....	61
8. Da assistência ao egresso.....	61

Capítulo IV Do Trabalho

1. Generalidades.....	63
2. Do trabalho interno.....	64
3. Do trabalho externo.....	65
3.1. Pena decorrente de condenação pela prática de crime hediondo ou ou assemelhado	66

Capítulo V Dos Deveres, dos Direitos e da Disciplina

1. Dos deveres	67
2. Dos direitos.....	69
3. Da disciplina	71
3.1. Das faltas disciplinares	72
3.2. O RDD — Regime Disciplinar Diferenciado.....	78
3.2.1. Origem histórica	78
3.2.2. O regime disciplinar diferenciado na Lei de Execução Penal..	79

3.2.3. O isolamento preventivo e o regime disciplinar diferenciado preventivo ou cautelar.....	82
3.2.4. Procedimento.....	83
3.2.4.1. Inclusão preventiva no RDD.....	83
3.2.4.2. Decisão definitiva.....	83
3.2.5. Outras considerações ligadas ao regime disciplinar diferenciado.....	84
3.3. Das sanções.....	85
3.4. Das recompensas.....	88

Capítulo VI

Dos Órgãos da Execução Penal

1. Órgãos da execução.....	90
2. Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.....	90
3. Do juízo da execução.....	91
3.1. Jurisdição.....	91
3.2. Juiz competente.....	91
3.3. Competência para a aplicação da lei mais benigna.....	93
3.3.1. A declarada inconstitucionalidade do regime inicial fechado <i>ex lege</i> e seus efeitos na execução penal.....	94
3.4. Competência para declarar extinta a punibilidade.....	96
3.5. Competência para decidir sobre soma ou unificação de penas.....	97
3.6. Competência para decidir sobre progressão ou regressão de regime..	98
3.6.1. Progressão de regime.....	98
3.6.2. Regressão de regime.....	98
3.6.2.1. Regressão cautelar.....	99
3.7. Competência para decidir sobre detração e remição de pena.....	100
3.7.1. Detração.....	100
3.7.1.1. Alcance da detração.....	101
3.7.2. Remição.....	102
3.8. Competência para decidir sobre suspensão condicional da pena...	103
3.9. Competência para decidir sobre livramento condicional.....	104
3.10. Competência para decidir sobre incidentes da execução.....	104
3.11. Competência para autorizar saídas temporárias.....	104
3.12. Competência para determinar a forma de cumprimento da pena res- tritiva de direitos e fiscalizar sua execução.....	105

16 CURSO DE EXECUÇÃO PENAL

3.13.	Competência para determinar a conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade	107
3.14.	Competência para determinar a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos	108
3.15.	Competência para determinar a aplicação da medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança.....	109
3.16.	Competência para determinar a revogação da medida de segurança..	110
3.17.	Competência para determinar a desinternação e o restabelecimento da situação anterior	110
3.18.	Competência para determinar o cumprimento de pena ou de medida de segurança em outra comarca	110
3.19.	Competência para determinar a remoção do condenado na hipótese prevista no § 1º do art. 86 da LEP.....	111
3.20.	Zelar pelo correto cumprimento da pena e de medida de segurança..	111
3.21.	Inspeccionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade.....	113
3.22.	Interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta lei.....	113
3.23.	Compor e instalar o Conselho da Comunidade	114
3.24.	Emitir anualmente atestado de pena a cumprir.....	115
4.	Do Ministério Público	116
5.	Do Conselho Penitenciário	117
6.	Dos Departamentos Penitenciários.....	119
7.	Do Patronato.....	120
8.	Do Conselho da Comunidade	120
9.	Da Defensoria Pública	122

Capítulo VII

Dos Estabelecimentos Penais

1.	Dos estabelecimentos penais	125
2.	Da prisão especial	130
3.	Da penitenciária.....	133
4.	Da colônia agrícola, industrial ou similar	134
5.	Da casa do albergado	138

6. Do centro de observação.....	139
7. Do hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.....	140
8. Da cadeia pública.....	141

Capítulo VIII

Da Execução das Penas em Espécie

1. Das penas privativas de liberdade.....	143
2. Execução provisória.....	144
2.1. Execução provisória quando pendente de julgamento Recurso Especial ou Extraordinário.....	145
2.2. Execução provisória de penas restritivas de direitos.....	148
2.3. Execução provisória de <i>sursis</i>	150
3. Superveniência de doença mental.....	150
4. Cumprimento e extinção da pena.....	151

Capítulo IX

Dos Regimes

1. Regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade.....	153
1.1. A declarada inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei n. 8.072/90 e seus reflexos na execução penal.....	156
2. Condenação por mais de um crime.....	158

Capítulo X

Da Progressão de Regime

1. Progressão de regime e seus requisitos.....	161
1.1. Progressão.....	161
1.1.1. Progressão especial.....	163
1.2. Requisito objetivo.....	164
1.2.1. Pagamento da multa cumulativamente imposta como requisito para progressão de regime.....	167
1.2.2. Condenação por crime contra a administração pública.....	168
1.2.3. Organizações criminosas.....	168
1.2.3.1. Dispensa do(s) requisito(s) objetivo(s).....	168
1.2.3.2. A inconstitucionalidade do § 9º do art. 2º da Lei n. 12.850/2013.....	169
1.3. Requisito subjetivo.....	170
1.3.1. <i>Habeas corpus</i> visando progressão de regime.....	175

18 CURSO DE EXECUÇÃO PENAL

1.3.2. Exame criminológico obrigatório e exame criminológico facultativo	175
2. Progressão por salto	176
3. Competência	177
3.1. Condenado transferido	177
4. Necessidade de prévia oitiva do Ministério Público e da Defesa	177
5. Falta grave e progressão	178
5.1. Condenado inserido em presídio federal de segurança máxima.....	179
6. Gravidade do delito	179
7. A progressão de regime em face do art. 75, § 1º, do Código Penal	180
8. Falta de vagas em estabelecimento adequado	181
9. Regime integral fechado e regime inicial fechado <i>ex lege</i>	182
9.1. A inconstitucionalidade de ambos	182
10. Da progressão para o regime aberto	184
11. Da prisão-albergue domiciliar	185
11.1. Monitoramento eletrônico	187
11.2. Prisão-albergue domiciliar em razão da ausência de estabelecimento adequado para o cumprimento de pena no regime aberto	187
11.2.1. Hipóteses excepcionais	190

Capítulo XI

Da Regressão de Regime

1. Generalidades	193
2. Condutas ensejadoras de regressão	194
2.1. Prática de fato definido como crime doloso	194
2.2. Prática de falta grave	196
2.2.1. Repercussões da falta grave	198
2.3. Condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime	199
2.3.1. Unificação de penas e data-base para a concessão de posteriores benefícios	200
2.4. Frustrar os fins da execução	201
2.5. Não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta	202
2.6. Violação de deveres relacionados com o monitoramento eletrônico...	202
3. Ampla defesa e contraditório	203

3.1. Executado que abandona o regime aberto e vai para lugar desconhecido	205
4. Regressão cautelar	205

Capítulo XII

Das Autorizações de Saída

1. Generalidades	207
2. Da permissão de saída	208
2.1. Prazo da permissão de saída	209
3. Da saída temporária	209
3.1. Hipóteses autorizadoras e requisitos	209
3.2. Competência	213
3.3. Prazo	213
3.4. Saídas automatizadas	214
3.5. Condições para o gozo de saída temporária	215
3.6. Monitoramento eletrônico	215
3.7. Revogação do benefício	216
3.8. Da recuperação do direito	216

Capítulo XIII

Da Remição

1. Noção	219
2. Generalidades	219
3. Requisitos	220
3.1. Remição pelo trabalho	220
3.1.1. Horário especial	222
3.1.2. Atividades laborativas	222
3.2. Remição pelo estudo	224
3.2.1. Quem pode remir pena pelo estudo	225
3.2.2. Remição cumulativa	226
3.3. Remição pela leitura	226
3.4. Remição virtual ou ficta	227
4. Como se procede ao abatimento dos dias remidos	228
5. Procedimento e decisão judicial	229
6. Perda dos dias remidos	230
6.1. Ampla defesa e contraditório	232

20 CURSO DE EXECUÇÃO PENAL**Capítulo XIV
Do Livramento Condicional**

1. Conceito e	233
2. Pressupostos ...	234
2.1. Pressupostos objetivos	235
2.1.1. Quantidade da pena	235
2.1.1.1. Sobre o art. 75 do Código Penal.....	237
2.1.2. Reparação do dano	239
2.2. Pressupostos subjetivos	240
3. Oitiva do Conselho Penitenciário, do Ministério Público e do Defensor	242
3.1. Do Conselho Penitenciário	242
3.2. Do Ministério Público	243
3.3. Do defensor	243
4. Livramento condicional a estrangeiro	244
5. Condições do livramento.....	244
5.1. Noção	244
5.2. Condições obrigatórias	245
5.3. Condições facultativas	246
5.4. Condições legais indiretas	247
6. Carta e cerimônia de livramento.....	248
7. Modificação condições.....	248
8. Suspensão do curso do livramento condicional.....	249
9. Revogação do livramento	252
9.1. Generalidades.....	252
9.2. Revogação obrigatória.....	252
9.3. Revogação facultativa.....	254
10. Outras considerações	255
11. Extinção da pena privativa de liberdade.....	256

**Capítulo XV
Do Monitoramento Eletrônico**

1. Introdução.....	259
2. Autoridade competente para determinar o monitoramento.....	260
3. Cabimento.....	260
4. Cuidados e deveres do executado submetido a monitoramento eletrônico.....	261
4.1. Receber visitas do servidor responsável pelo monitoramento eletrônico, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações.....	261

4.2.	Abster-se de remover, de violar, de modificar, de danificar de qualquer forma o dispositivo de monitoramento eletrônico ou de permitir que outrem o faça	262
5.	Violação dos deveres pelo executado.....	262
5.1.	Regressão de regime prisional.....	263
5.2.	Revogação da autorização de saída temporária	264
5.3.	Revogação da prisão domiciliar	264
5.4.	Advertência escrita	265
6.	Revogação do monitoramento.....	265
6.1.	Desnecessidade ou inadequação.....	266
6.2.	Violação de deveres	266
6.3.	Prática de falta grave.....	266

Capítulo XVI Das Penas Restritivas de Direitos

1.	Introdução.....	269
2.	As denominadas penas restritivas de direitos.....	270
3.	Da execução das penas restritivas de direitos.....	272
3.1.	Noções gerais.....	272
3.2.	Prestação pecuniária	272
3.2.1.	Prestação de outra natureza (ou prestação inominada)	274
3.3.	Perda de bens e valores	275
3.4.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	275
3.5.	Interdição temporária de direitos	276
3.6.	Limitação de fim de semana.....	278
3.7.	Alteração da forma de cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana	279
3.8.	Execução provisória.....	279

Capítulo XVII Da Suspensão Condicional da Pena

1.	A suspensão condicional da pena ou <i>sursis</i>	283
2.	Tipos de <i>sursis</i>	284
3.	A execução do <i>sursis</i>	285
3.1.	<i>Sursis</i> ineficaz ou sem efeito.....	287
3.2.	Prorrogação e revogação do período de prova	289
3.2.1.	Prorrogação	289

22 CURSO DE EXECUÇÃO PENAL

3.2.2. Revogação obrigatória e revogação facultativa	289
3.2.3. Duplo <i>sursis</i>	291
3.2.4. Cassação do <i>sursis</i>	291
3.2.5. Extinção da punibilidade	291
3.2.6. Registro.....	292
4. Cabimento de <i>sursis</i> em condenação por crime hediondo ou assemelhado...	292
5. Execução provisória.....	293

Capítulo XVIII **Da Pena de Multa**

1. Generalidades	295
2. Do título executivo e da natureza jurídica.....	296
3. Legitimação ativa.....	297
4. Juízo competente.....	299
5. Processamento.....	302
6. Impossibilidade de conversão da multa em privativa de liberdade.....	302
6.1. Sobre a impossibilidade de conversão nos Juizados Especiais Criminais..	303
7. Execução provisória.....	304
8. Atualização monetária	305
9. Detração.....	305
10. Extinção da punibilidade sem o pagamento da multa.....	306

Capítulo XIX **Da Execução das Medidas de Segurança**

1. Noções introdutórias	309
2. Condições da execução.....	311
3. Medidas de segurança em espécie.....	312
4. Ausência de vaga para internação	314
5. Da cessação de periculosidade	315
6. Prazo máximo de duração.....	317

Capítulo XX **Dos Incidentes de Execução**

1. Conceito e generalidades.....	319
2. Das conversões	320
2.1. Noção	320
3. Das conversões em espécie.....	321
3.1. Conversão da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, em restritiva de direitos	321

3.2.	Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	322
3.2.1.	Conversão da pena de prestação de serviços à comunidade	325
3.2.2.	Conversão da pena de limitação de fim de semana.....	326
3.2.3.	Conversão da pena de interdição temporária de direitos	326
3.2.4.	Conversão das penas de prestação pecuniária e de perda de bens e valores	327
3.2.5.	Conversão da pena inominada (pena de prestação de outra natureza).....	328
3.3.	Conversão da pena de multa em detenção.....	330
3.4.	Doença mental ou perturbação da saúde mental superveniente ...	330
3.4.1.	Duração da medida de segurança substitutiva	331
3.5.	Conversão do tratamento ambulatorial em internação	333
4.	Do excesso ou desvio	333
4.1.	Noções gerais.....	333
4.2.	Do excesso.....	334
4.2.1.	Sobre o § 8º do art. 2º da Lei n. 12.850/2013	335
4.3.	Do desvio.....	336
4.4.	Quem pode suscitar.....	336
5.	Da anistia e do indulto.....	337
5.1.	Notas introdutórias	337
5.2.	Da anistia	338
5.2.1.	Procedimento	338
5.3.	Do indulto.....	339
5.3.1.	Indulto individual.....	340
5.3.1.1.	Procedimento.....	340
5.3.2.	Indulto coletivo	342
5.3.2.1.	Procedimento do indulto coletivo.....	345
5.3.2.2.	Sobre o parecer do Conselho Penitenciário	345
5.3.3.	Comutação de pena.....	347
5.4.	Crimes hediondos e assemelhados	348

Capítulo XXI

Do Procedimento Judicial

1.	Introdução.....	351
2.	Procedimento	351
3.	Iniciativa	352
4.	Processamento	352

24 CURSO DE EXECUÇÃO PENAL

5. Do agravo em execução.....	354
5.1. Fungibilidade recursal	356
5.2. Outras considerações .	357

Capítulo XXII**Disposições Finais e Transitórias**

1. Divulgação indevida.....	359
2. Emprego de algemas	360
3. O condenado por crime político não está obrigado a trabalhar	361
4. Falta de estabelecimento adequado para o cumprimento de prisão civil e prisão administrativa	362
5. Direito ao esquecimento. Extinção da pena e anotações sobre a vida pretérita.....	362
5.1. Art. 202 da LEP <i>versus</i> reabilitação criminal	363
6. Implantação do sistema de execução penal	363
<i>Bibliografia</i>	367